

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

**O Estado de S. Paulo**

|                                                                 |   |
|-----------------------------------------------------------------|---|
| <a href="#">Título: Mudanças na mineração correm risco.....</a> | 7 |
| <a href="#">Título: Nota.....</a>                               | 8 |

**Sumário**

|                                                               |           |
|---------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: O Globo.....</b>                                  | <b>2</b>  |
| Título: Privatização da Eletrobras prevê nova estatal.....    | 2         |
| Título: Quanto vale a Eletrobras?.....                        | 4         |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....</b>                     | <b>7</b>  |
| Título: Mudanças na mineração correm risco.....               | 7         |
| Título: Cobrança de royalties tem nova regra.....             | 8         |
| Título: Nota.....                                             | 8         |
| Título: Maduro nomeia militar para controlar PDVSA.....       | 9         |
| Título: Em nova campanha, Petrobrás fala de conhecimento..... | 9         |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo.....</b>                        | <b>9</b>  |
| Título: Maduro põe general na chefia da PDVSA.....            | 9         |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense.....</b>                      | <b>11</b> |
| Título: Um plenário de cadeiras vazias.....                   | 11        |
| Título: Gasolina chega a R\$ 4,50.....                        | 15        |
| Título: Energia armazenada em tijolos refratários.....        | 16        |

|                                                                     |           |
|---------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico .....</b>                               | <b>18</b> |
| Título: Para 2018 falta bem mais que a Previdência.....             | 18        |
| Título: Eletrobras deve mudar modelo do BNDES .....                 | 21        |
| Título: Curtas .....                                                | 22        |
| Título: Conflito leva presidente a deixar Dommo .....               | 23        |
| Título: Destaque .....                                              | 24        |
| Título: Maduro nomeia general para presidência da PDVSA.....        | 25        |
| Título: Fundo social do pré-sal, entre a bonança e o presságio..... | 25        |

**VEÍCULO: O Globo**

**Seção: Economia**

**Autor: Manoel Ventura / Martha Beck**

**Título: Privatização da Eletrobras prevê nova estatal**

Objetivo é ter uma empresa que assuma Eletronuclear e Itaipu, que não podem passar às mãos privadas.

O projeto de lei que permite a privatização da Eletrobras autoriza o governo a criar uma nova estatal para controlar a hidrelétrica de Itaipu e a Eletronuclear (que administra as usinas do complexo de Angra).

O texto, obtido com exclusividade pelo GLOBO, traz ainda uma série de obrigações para a empresa após a desestatização, como a destinação de recursos para a revitalização do Rio São Francisco, a manutenção de programas sociais e a limitação do poder de voto dos acionistas (inclusive o governo) a 10% do total de ações.

Mesmo após a venda, o Executivo vai indicar o presidente do Conselho de Administração da Eletrobras e manterá uma ação de classe especial (golden share), com poder de veto em decisões estratégicas. O projeto foi concluído na semana passada e deve ser enviado ao Congresso ainda este mês. O governo quer aprová-lo até junho.

Em seguida, será convocada uma Assembleia Geral de Acionistas para decidir sobre a privatização e dar andamento ao processo. Com 63% das ações da empresa, a União não votará na assembleia, cabendo a decisão aos minoritários.

## NOME NÃO PODERÁ SER TROCADO

De todas as subsidiárias da estatal, apenas a Eletronuclear e a Itaipu Binacional não serão privatizadas. No caso da Eletronuclear, há vedação constitucional. Com relação a Itaipu, a justificativa é tratar-se de uma hidrelétrica construída por acordo entre Brasil e Paraguai.

A forma da reestruturação societária para manter Eletronuclear e Itaipu sob controle da União será proposta pelo BNDES, mas o governo reconhece que deve ser preciso criar uma nova estatal, que será a controladora das duas companhias.

Por isso, o projeto autoriza a criação de uma empresa de economia mista, com sede em Brasília. O governo também decidiu limitar o poder de voto, após a privatização, a 10% das ações da empresa. O objetivo é transformar a Eletrobras em uma corporação e impedir que uma empresa já consolidada no setor assuma o controle da estatal.

Como o governo deverá ficar com cerca de 40% das ações após a privatização, essa limitação de voto valerá para a própria União — caso contrário, continuaria mandando na empresa. Além disso, acionistas não poderão formar blocos para o exercício de direito de voto superior a 10%. Apesar dessa limitação, a União manterá uma golden share que impedirá a troca do nome e do objetivo da Eletrobras, sua liquidação e alterações na limitação do poder de voto dos acionistas.

O projeto de lei também traz outras exigências. A Eletrobras terá de gerir o Luz Para Todos até 31 de dezembro de 2018, a fim de garantir sua continuidade até que o Executivo encontre um novo gestor. A estatal também ficará como intermediadora dos contratos da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), para evitar custos vinculados à transferência para novo gestor.

Além disso, a Eletrobras deve continuar, por quatro anos, com os repasses para o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), com sede no Rio. E manter-se como intermediadora de contratos de financiamento com recursos do fundo setorial Reserva Geral da Reversão (RGR) firmados até 2016.

O modelo de privatização será por meio de aumento de capital mediante subscrição pública de ações, sem que a União acompanhe, a fim de diluir sua

participação. Para reduzir sua fatia a menos de 50%, o governo, em um segundo momento, poderá vender suas ações no mercado.

A capitalização será usada para pagar por novos contratos de concessão para 14 hidrelétricas que hoje operam a preços fixos. Elas passarão a ser remuneradas pela energia gerada a preços de mercado, mais altos que os atuais. Mas assumirão riscos que hoje estão com os consumidores, como os custos extras associados à falta de chuvas.

Além delas, o governo incluiu no processo as usinas de Sobradinho (na Bahia) e Itumbiara (entre Goiás e Minas Gerais). É por meio desse pagamento que o governo vai faturar com a privatização. O Orçamento de 2018 prevê arrecadar R\$ 12,2 bilhões.

O valor final arrecadado será dividido por três: parte para a União, parte para o fundo setorial Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e o restante para a Eletrobras. A ideia é fazer da CDE um “colchão”, para absorver os custos extras decorrentes do uso das termelétricas.

#### ACENO A POLÍTICOS DO NORDESTE

O governo também vai exigir que a Eletrobras pague o programa de revitalização do Rio São Francisco. Serão desembolsados R\$ 350 milhões, anualmente, nos primeiros 15 anos e mais R\$ 250 milhões nos últimos 15 anos.

O dinheiro virá da receita da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), por meio de conta específica para esse fim, e será gerido por um comitê coordenado pela Casa Civil, com participação de vários ministérios e dos governadores dos estados por onde o rio passa. A justificativa para o dinheiro sair da Chesf é evitar que os recursos sejam contingenciados.

O governo espera conseguir, com isso, votos favoráveis à privatização por parte de políticos do Nordeste. Como o rio enfrenta uma das suas piores secas, a intenção é convencer esses políticos de que a privatização da Eletrobras levará melhorias à região.

**VEÍCULO:** O Globo

**Seção:** Economia

**Autor:** Wilson Ferreira Junior / presidente da Eletrobras

**Título:** Quanto vale a Eletrobras?

Quinta maior geradora hidrelétrica do mundo, a Eletrobras tem o desafio de aumentar seus investimentos nos próximos anos, para atender à expansão da

demanda, sobretudo em fontes de energia renováveis. Por isso, a atual gestão vem promovendo um processo de reestruturação interna e se preparando para democratizar o capital da companhia.

Num mundo de grandes corporações no setor elétrico, a Eletrobras tem tudo para ocupar um lugar de destaque. Hoje, sob controle estatal, a empresa tem amarras que a impedem de crescer com rapidez e de competir em pé de igualdade com outras corporações. A União tem 60% do capital da Eletrobras. Após o processo de emissão de novas ações, o capital deve ser pulverizado, fazendo com que essa participação recue para menos de 50%.

Outros investidores ingressarão na companhia, e a fatia da União ficará percentualmente menor. No entanto, com a perspectiva de valorização, a União terá muito a ganhar. Embora com uma quantidade menor de ações, ela vai continuar sócia relevante de uma empresa muito maior e mais eficiente, que terá mais lucros e pagará mais impostos — e, por isso, valorizará ainda mais suas ações.

Nesse processo, que não é uma privatização clássica, como muitos apregoam, um dos pontos que suscitam debates mais acalorados é sobre o valor justo da companhia. Como a empresa não será vendida ou leiloada, a discussão do valor perde sentido. O valor patrimonial da companhia atualmente é de R\$ 46 bilhões e, no mercado de capitais, ela está avaliada em R\$ 29 bilhões: valorizou-se mais de três vezes desde o início de 2016.

Note-se que essa melhora é fruto da boa percepção dos investidores sobre os rumos da companhia e de suas oportunidades de crescimento, aumento de eficiência e melhoria de governança no futuro. Pensando nessa Eletrobras que se quer para o futuro, a atual gestão tem adotado várias medidas para cortar custos e aumentar a produtividade.

O Plano de Aposentadoria Extraordinária, por exemplo, reduziu o quadro de pessoal em cerca de 2,1 mil colaboradores, com economia de cerca de R\$ 880 milhões por ano. Outras medidas — como o uso racional de imóveis da empresa, com venda de prédios e terrenos, e a privatização de seis distribuidoras deficitárias de Norte e Nordeste — agregarão ainda mais valor à Eletrobras.

A implantação de um Centro de Serviços Compartilhados e a redução de cargos gerenciais e de assessoria vão gerar economia adicional de mais de R\$ 781 milhões por ano. O endividamento está sendo reduzido. Já foi 11 vezes a geração de caixa da companhia e está em 4,1 vezes. A meta é chegar a menos de quatro, no fim deste ano.

Todas essas medidas podem aproximar o valor de mercado da companhia do seu valor patrimonial. Muito mais ainda poderá ser feito quando a empresa estiver sem as amarras do capital estatal, com agilidade para fazer negócios e fechar contratos. Quando isso acontecer, a Eletrobras poderá investir mais e fechará suas contas sem depender de aportes do Tesouro Nacional — somente em 2016, a empresa consumiu R\$ 3 bilhões que poderiam ter sido destinados à saúde, à educação e à segurança pública.

Além disso, terá condições de competir em igualdade de condições com as corporações do setor de energia, assumindo papel de protagonista entre os grandes players mundiais, especialmente no Brasil, onde contribuirá para o nosso desenvolvimento, gerando empregos por meio de investimentos no setor elétrico.

**VEÍCULO:** O Globo

**Seção:** Economia

**Autor:** George Vidor

**Título:** Agonia nuclear

Os escândalos de corrupção e a crise financeira do setor público deixaram a área nuclear sem pai nem mãe. Para concluir Angra 3, são necessários financiamentos ou aportes de capital da União. A obra foi paralisada, porém os custos financeiros decorrentes delas estão sendo cobrados pelo BNDES.

Os valores são da ordem de R\$ 30 milhões por mês. As receitas de Angra 1 e 2 é que, hoje, têm de bancar esses custos. Como a holding Eletrobras não anda em condições de socorrer sua subsidiária integral Eletronuclear, o aperto vai resvalando para fornecedores, sendo que o principal é outra estatal, a Indústrias Nucleares do Brasil, que produz os elementos combustíveis das usinas de Angra.

Uma salada geral, que levou a Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben) a enviar uma carta aberta às autoridades, após o encontro que capitaneou em Belo Horizonte. Ninguém, seriamente, no setor elétrico tem dúvida sobre a necessidade da energia firme de Angra 3 (1.500 megawatts) para reforçar o abastecimento do Sudeste.

Os reservatórios das hidrelétricas ficaram em situação crítica, e o risco de racionamento voltou a aparecer no horizonte. Mas parece que sai mais barato ficar fazendo promessa para São Pedro e esperar que ele resolva o problema.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Economia****Autor: Anne Warth****Título: Mudanças na mineração correm risco**

Para governo, novo código pode destravar investimentos, mas MP perde validade amanhã.

A mudança nas leis de mineração, em tramitação no Congresso, tem potencial de elevar a participação do setor na economia brasileira de 4% para 6% do Produto Interno Bruto (PIB) em dez anos, segundo projeções do secretário de Mineração do Ministério de Minas e Energia (MME), Vicente Lôbo. O setor, que hoje representa cerca de 20% da balança comercial, deve atingir o patamar de 25%, prevê o secretário.

A estimativa do governo é que o segmento pode ampliar sua contribuição para o PIB dos atuais US\$ 120 bilhões para US\$ 180 bilhões em uma década. A conta considera os setores de mineração, metalurgia e não metálicos, desde a extração do minério até o beneficiamento dos produtos. “O novo código de mineração é fundamental para consolidar uma série de mudanças sobre a regulação do setor.

É um tema muito técnico e árido, mas crucial para a retomada dos investimentos em mineração no País”, disse o secretário. A Medida Provisória que altera o Código de Mineração, porém, perde a validade amanhã, e a expectativa do governo é aprová-la em tempo recorde: pela manhã, na Câmara, e à tarde, no Senado.

“O pior dos mundos é ver essa MP caducar”, diz Lôbo. Uma outra MP, que cria a Agência Nacional de Mineração, já foi aprovada na Câmara, mas precisa passar, também até amanhã, pelo crivo do Senado. O novo Código de Mineração é mais rígido com as empresas do setor, avalia o secretário. Um dos maiores exemplos é a ampliação das multas, que poderão chegar a R\$ 30 milhões.

As empresas serão obrigadas a executar planos de fechamento de minas, recuperar áreas degradadas e a contratar seguro quando utilizarem barragens de rejeitos. As novas regras não serão aplicadas apenas para os novos investimentos, mas também para as minas que já estão em atividade. Para Lôbo, a aprovação da MP é crucial para a retomada da segurança jurídica e regulatória do setor.

Desde 2013, quando o governo da ex-presidente Dilma Rousseff enviou um projeto de lei sobre o setor, os investimentos em mineração estão estagnados.

“A nova lei vai ser um estímulo para a atração de novos investimentos para o País”, disse.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia

**Autor:** A.W.

**Título:** Cobrança de royalties tem nova regra

Do pacote de medidas provisórias do governo para o setor de mineração, até agora, o Congresso aprovou apenas uma: a que altera a forma de cobrança dos royalties. A cobrança passará a incidir sobre o faturamento bruto das empresas, e não mais sobre o líquido. Além disso, a alíquota do minério de ferro passa de 2% para 3,5%, o que vai elevar a arrecadação da União, Estados e municípios.

Especialistas na área aguardam com expectativa a aprovação das MPs. Sócio da área de mineração do escritório Veirano Advogados, Pedro Garcia afirma que o novo código vai revitalizar o setor de mineração. Depois de quatro anos, três projetos de mineração no País voltaram a movimentar as bolsas de Nova York e Toronto, com o lançamento de oferta pública inicial de ações (IPOs).

“Isso mostra que há interesse no País. É um bom momento para a mineração internacional e o Brasil precisa surfar essa onda”, disse. Na avaliação de Pedro Henrique Jardim, sócio da área de infraestrutura do escritório de advocacia Machado Meyer, a aprovação do novo código é necessária para dar clareza ao investidor estrangeiro sobre o retorno dos projetos no País.

“A incerteza em relação à legislação do setor gerou estresse e suspendeu muitos projetos nos últimos anos. A aprovação de uma lei acaba com essa insegurança”, disse. /

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Política / colunas

**Autor:** Andreza Matais

**Título:** Nota

» Pacotão. O **ministro Fernando Bezerra Coelho (Minas e Energia)** concluiu o projeto de lei sobre a privatização na Eletrobrás, que seguirá para a Casa Civil. O presidente Temer quer enviá-lo logo ao Congresso.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Economia****Autor:****Título: Maduro nomeia militar para controlar PDVSA**

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, ampliou ontem o poder dos militares em seu país, ao entregar o comando da PDVSA, estatal que controla a produção do petróleo venezuelano, ao general Manuel Quevedo. De acordo com Maduro, a empresa, que recentemente deu calote em pagamento de títulos de sua dívida, passará por "uma reestruturação total". A PDVSA é responsável pela entrada de 96% das divisas estrangeiras no país, que tem na produção petroleira sua principal indústria.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Economia****Autor:****Título: Em nova campanha, Petrobrás fala de conhecimento**

**Rostos jovens.** Petrobrás busca reposicionar sua marca

O novo filme da campanha institucional que busca o reposicionamento da marca da estatal Petrobrás, feito pela agência DPZ&T, que detém a conta da companhia, fala sobre a produção de conhecimento, chamando a atenção para o desenvolvimento de inovações dentro da empresa.

“Este segundo filme representa mais um passo no sentido de reaproximar a marca Petrobrás das pessoas”, explica o gerente setorial de Publicidade da Petrobrás, Raul de Santa Helena. O novo filme, produzido pela Vetor Filmes e dirigido por Ricardo Carelli, começou a ser veiculado neste último fim de semana.

Dentro da estratégia de falar de conhecimento, um dos cenários escolhido para a campanha foi o Centro de Pesquisas da Petrobrás, o Cenpes, que foi inaugurado em 1963 e reúne atualmente 1,8 mil profissionais.

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo****Seção: Mercado****Autor:****Título: Maduro põe general na chefia da PDVSA**

Ditador venezuelano aumenta o poder de militares ao pôr Quevedo, da Guarda Nacional, na estatal do petróleo

Militar, que também será o ministro do Petróleo, assume após seu antecessor e cinco diretores serem presos

#### DASAGÊNCIAS DE NOTÍCIAS

O ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, ampliou o poder dos militares em seu governo ao entregar, neste domingo (26), a presidência da PDVSA a um general.

Pilar da economia do país e em calote parcial após não pagar juros de seus títulos da dívida, a estatal do petróleo será comandada pelo general Manuel Quevedo, da Guarda Nacional —ele teve papel-chave no controle dos protestos contra Maduro em 2014 e que deixaram 43 mortos.

O militar, que antes era ministro da Habitação, também foi nomeado ministro do Petróleo e terá a missão de "uma reestruturação total" na companhia, responsável pela entrada de 96% das divisas do país e que está envolta em escândalos de corrupção.

Maduro ainda nomeou outro militar como ministro de Comércio Exterior: o capitão José Vielma Mora, ex-governador de Táchira. Ao menos um terço do gabinete de Maduro é formado por militares.

Atualmente os militares intervêm em vários setores, incluindo a produção e distribuição de alimentos.

Segundo analistas, a forte presença no governo converte os militares no principal sustentáculo do ditador chavista, que enfrenta baixa popularidade e cujo mandato se encerra em janeiro de 2019.

Em uma rede social, Quevedo se descreveu como "soldado das pessoas, um chavista e apoiador do presidente Nicolas Maduro". Ele, que não é um profissional da área, substituiu o químico Nelson Martínez na PDVSA e Eulogio Del Pino, um engenheiro que estudou em Stanford, na pasta do Petróleo.

#### CORRUPÇÃO

"Os escândalos de corrupção acabaram enfraquecendo os últimos técnicos que restavam na PDVSA. Os militares conseguiram o que esperavam. O prognóstico é obscuro", disse Francisco Monaldi, especialista em energia do Instituto Baker.

A mudança ocorre depois da prisão do chefe da estatal, José Ángel Pereira, e de cinco diretores sob a acusação de refinanciarem uma dívida de US\$ 4 bilhões

(cerca de R\$ 13 bilhões) da subsidiária americana Citgo causando prejuízo ao regime chavista.

"Assumo a responsabilidade plena dessa transformação revolucionária e dos passos que vamos dar contra a corrupção, contra a bandidagem, para a limpeza da PDVSA", disse Maduro na TV.

Antes, o ditador já havia indicado o ex-ministro do Petróleo Asdrúbal Chávez, primo do ex-presidente Hugo Chávez (1954-2013), para a Citgo.

O objetivo da gestão do general é elevar a produção venezuelana de petróleo, hoje em 1,9 milhões de barris por dia, contra 2,27 milhões de barris/dia em 2016. Especialistas atribuem essa queda ao baixo investimento em infraestrutura e ao alto gasto público a cargo da PDVSA.

A baixa produção de petróleo, combinada com a queda nos preços internacionais, derrubou a entrada de dólares no país e o colocou em uma profunda crise com escassez de alimentos básicos e remédios.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Política

**Autor:** Natália Lambert

**Título:** Um plenário de cadeiras vazias

Além da tradicional batalha entre oposição e governo, o Senado tem enfrentado — principalmente no segundo semestre — outra dificuldade: a falta de quórum. Mesmo com o rigor do presidente da Casa, Eunício Oliveira (PMDB-CE), criticado por colegas por atuar como um “bedel”, a média de senadores em plenário nas sessões deliberativas não passa dos 70, número considerado piso para deliberar matérias polêmicas. O índice foi identificado em levantamento feito pelo Correio com dados disponibilizados em edições do Diário do Senado Federal. Nas sessões deliberativas extraordinárias, a situação é pior: média de 60.

Mesmo diante de um tema de interesse eleitoral, Eunício teve de insistir pela participação dos colegas em plenário na semana passada para a votação nominal dos projetos de lei que instituíram o voto distrital misto para deputados e vereadores. **Amanhã, está na pauta a urgência para aprovar a Medida Provisória (MP) 791/2017, que cria a Agência Nacional de Mineração (ANM).** O texto expira nesta terça-feira e perderá a eficácia caso não seja apreciado. Outra proposta da semana fixa alíquota máxima para cobrança do

ICMS incidente nas operações internas com querosene de aviação — a matéria foi adiada quatro vezes. Autor do projeto, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) destaca o potencial para baratear passagens e ampliar a malha aérea.

“Estamos tentando votá-lo desde agosto, mas o plenário vem só diminuindo. O Eunício está tendo de adiar até aprovação de autoridade. Imagina no ano que vem, quando dois terços da Casa terão de buscar a reeleição”, projeta Randolfe.

O parlamentar acredita que a falta de mobilização pode influenciar nos planos do governo de aprovar a reforma da Previdência em 2018, considerando que a Proposta de Emenda à Constituição é controversa e precisa de 49 votos. Um peemedebista, que prefere não se identificar, garante que nenhum assunto polêmico deixou de ser aprovado por falta de quórum. “Quando o assunto é importante, o plenário fica cheio”, comenta. De acordo com os dados analisados, as sessões com maior quórum foram: a primeira do ano, na qual a Mesa Diretora foi eleita; e a de 26 de abril, quando os senadores aprovaram o projeto que alterou a lei de abuso de autoridade.

Presente a 100% das sessões, Reguffe (sem partido-DF) destaca que um mandato parlamentar não se resume à presença em plenário, mas que o número de sessões é muito pequeno para que o senador não compareça. “A obrigação é estar em plenário. Um parlamentar vota representando os eleitores. Quando ele falta, os eleitores não participam daquela votação. É uma irresponsabilidade”, avalia. “É triste ver que, com tão poucas sessões, ainda se falte tanto”, lamenta Reguffe.

As sessões deliberativas ocorrem, normalmente, às terças e às quartas-feiras. A depender da avaliação do presidente, uma sessão extraordinária é convocada na quinta. Neste ano, das 27 extraordinárias realizadas às quintas, só aconteceram votações nominais em quatro. O secretário-geral da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco, destaca o preço das ausências. Cálculos da instituição mostram que o Congresso Nacional custa, por dia, aos cofres públicos, R\$ 27,7 milhões. Destes, R\$ 11,6 milhões são para manter a estrutura do Senado. “Isso que eles têm férias, recesso, enforcamentos de feriados. É um absurdo, uma ilha da fantasia. Depois, não entendem o porquê da insatisfação da sociedade com o parlamentar”, critica Castello Branco.

O economista compara, ainda, o valor do dia de trabalho: sem contar as verbas indenizatórias, cada senador recebe um salário mensal de R\$ 33.763, R\$ 1.125 por dia — R\$ 188 a mais do que o salário mínimo. A assessoria de comunicação do Senado ressalta que o senador que não justificar a ausência perde a

remuneração que faz jus àquele dia, inclusive, se ele tiver registrado presença, mas não participado da votação nominal.

### **Estímulo**

Apelidado carinhosamente de Alvaro “todos os” Dias por estar sempre presente, o senador paranaense é um dos que parece menos empolgado. No quarto mandato e pré-candidato à Presidência da República pelo Podemos, Dias acredita que o desestímulo vem do momento político. “Um terço dos senadores são alvo da (Operação) Lava-Jato. O constrangimento é grande, ninguém quer aparecer. E, neste momento, de um governo de transição, está difícil se posicionar. Eu, por exemplo, sempre fui oposição e continuo sendo, mas, se eu for um opositor veemente, me confundirão com o PT”, comenta.

Além disso, Dias ressalta que a pauta da Casa está focada em matérias do governo, o que desprestigia os senadores. Humberto Costa (PT-PE) corrobora com a opinião. “A pauta ficou muito pobre neste ano, porque as coisas mais importantes aconteceram na Câmara. Houve um período em que ficamos catando projetos consensuais para votar”, conta. E a tendência para o próximo ano é de que o quórum seja ainda pior, o que, na opinião de Costa, deve ajudar a oposição a derrubar a reforma da Previdência.

Também com a experiência de quatro mandatos, o senador Edison Lobão (PMDB-MA) comenta que o esvaziamento é natural com a proximidade das eleições. “Os senadores começam a entrar na luta eleitoral. Isso ocorre sempre na véspera do ano de eleições. E, no próximo, o quórum será menor ainda”, projeta. Entretanto, Lobão garante que isso não influenciará a reforma da Previdência. “Diante de um objetivo dessa natureza, se a Câmara aprovar este ano, o Senado comparecerá. Não é da tradição da Casa faltar aos compromissos com a nação”, conclui.

***“Eu, por exemplo, sempre fui oposição e continuo sendo, mas, se eu for um opositor veemente, me confundirão com o PT”***

**Alvaro Dias**, senador (Podemos-PR)

### ***Produção na Casa Alta***

**Até o fim de outubro deste ano, o Senado apreciou 187 matérias em plenário, das quais 97 foram aprovadas e 90 rejeitadas — grande parte por votação simbólica. Confira números da Casa:**

**Sessões em 2017\***

Deliberativas ordinárias - 62

Deliberativas extraordinárias - 32

Não deliberativas - 53

Especiais - 15

Debates temáticos - 3

Matérias aprovadas - 97

Matérias rejeitadas - 90

**\* Até o fim de outubro**

**Sessões em 2016**

Deliberativas ordinárias - 71

Deliberativas extraordinárias - 27

Não deliberativas - 78

Especiais - 15

Debates temáticos - 5

Premiações e condecorações - 1

Matérias aprovadas - 126

Matérias rejeitadas - 54

**Aprovação de Propostas de Emenda à Constituição (PECs) em plenário de 2013 a novembro deste ano. A PEC é uma das matérias que precisam de quórum qualificado.**

2017 - 6

2016 - 11

2015 - 12

2014 - 9

2013 - 10

**Fonte:** Relatórios mensais do Senado Federal**VEÍCULO:** Correio Braziliense**Seção:** Economia**Autor:** Rodolfo Costa**Título:** Gasolina chega a R\$ 4,50

Os consumidores que deixaram para abastecer o carro no fim de semana levaram um susto. Em 28 postos pesquisados pelo Correio, 24 aumentaram os preços da gasolina, três abaixaram e um manteve o valor cobrado em 21 de novembro. Ontem, no Distrito Federal, era possível encontrar o litro do combustível sendo vendido a R\$ 4,50, no Sudoeste. Alguns estabelecimentos não aliviam nem para quem paga com débito ou dinheiro, cobrando R\$ 4,47. Mais do que o valor, o consumidor é penalizado pela disseminação de reajustes. “Está muito difícil encontrar gasolina mais em conta”, diz Luiz Oliveira, dono de um CrossFox.

O aumento nos postos, na opinião dos consumidores, é desproporcional aos ajustes nas refinarias. Ao longo dos cinco dias, após a última pesquisa do Correio, a Petrobras autorizou três reajustes nas refinarias: uma queda de 2,6%; uma alta de 5,1%; e um recuo de 0,3%. O acumulado dessas três variações representa uma elevação média de 2,2% no período.

Na pesquisa realizada ontem, no entanto, o que se observou foram aumentos de até 9,8%. Foi o que ocorreu no posto localizado na altura da 103 Sul, no Eixo W. Em 21 de novembro, o litro da gasolina custava R\$ 4,07. Agora, está a R\$ 4,47. Dos 24 revendedores que subiram o valor do combustível, apenas um reajustou abaixo da variação acumulada de 2,2%: o localizado na altura da 210 Norte, no Eixo L, com alta de 1,2%.

A elevação do preço do litro da gasolina é uma preocupação não somente para o consumidor, mas também para a economia. Prestadores de serviços no setor de transportes que abastecem o veículo com o combustível podem, naturalmente, repassar para a matriz de preços o aumento de despesas. Como consequência, a inflação tende a ser pressionada.

### Disseminação

Essa possibilidade aflige o bancário André Joaquim, 49 anos. “Aumento da gasolina costuma vir sempre acompanhado de aumento do diesel. E isso impacta valores de produtos vendidos nos supermercados e nas farmácias”, diz. O aumento da gasolina o levou a reduzir gastos com supérfluos alimentícios, e

até de serviços de telecomunicação. “Liguei na operadora esses dias pedindo para reduzir o pacote”, conta.

O aumento de despesas com o combustível tem impactado o orçamento e os ganhos do técnico de radiologia Franklin dos Santos, 25, que também completa a renda dirigindo um Uber. Em setembro, quando ele conseguia abastecer o carro por R\$ 2,94 o litro, conseguia tirar R\$ 1,2 mil líquido por semana. Hoje, com a gasolina mais cara, estima que os rendimentos recuaram quase 60%. “É uma situação incômoda. Acabei precisando reduzir os gastos com lazer com minha esposa e filhas”, critica.

Para quem não pode abrir mão do carro, a única opção é pesquisar. Entre os postos consultados, o preço do litro varia até R\$ 0,47. Caso haja espaço no orçamento para pagar em dinheiro ou débito, vale a pena procurar um estabelecimento que diferencie o preço, já que, no crédito, o custo pode ficar, em média, R\$ 0,10 mais caro.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Mundo

**Autor:** Victor Correia

**Título:** Energia armazenada em tijolos refratários

Com o passar do tempo, a expectativa é de que usinas de energia que usam combustíveis fósseis sejam substituídas por fontes limpas, como as turbinas eólicas e os painéis solares. Essas alternativas, porém, esbarram em uma questão inusitada: o excedente de recursos. Ventos fortes e o sol do meio-dia podem gerar mais energia do que o necessário para uma comunidade, levando ao desperdício. Uma opção seria armazenar o excesso em baterias, mas, além de caras, as disponíveis têm recursos limitados. Se um celular moderno raramente consegue ficar um dia inteiro sem recarga, imagine a quantidade de dispositivos que seriam necessários para armazenar o que sobra de uma usina.

Cidades como Califórnia, que aposta na energia solar, já enfrentam esse obstáculo. Na tentativa de resolvê-lo, pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, o MIT, nos Estados Unidos, criaram uma forma também singular para armazenar grandes quantidades de energia: tijolos. Chamada Armazenamento de Energia por Tijolos Refratários Aquecidos por Resistência (Fires, pela sigla em inglês), a solução é feita com um tipo especial de cerâmica e consegue resistir a temperaturas de até 1.600°C. Detalhes desses tijolos refratários foram divulgados recentemente na revista Electricity Journal.

A eletricidade excedente é utilizada para alimentar resistores, que geram calor em uma sala isolada contendo pilhas de Fires. A condutividade térmica é baixa, permitindo o armazenamento do calor por longos períodos. Como o galpão

contendo os tijolos refratários é hermeticamente selado, após aquecido, perde apenas 3% da energia armazenada por dia. “Quando há pouca demanda, os tijolos são aquecidos com resistores semelhantes aos que existem em um forno elétrico”, explica Charles Forsberg, um dos criadores.

O cientista ressalta que a Fires pode ajudar a resolver um dos fatores que atrasam a utilização em larga escala de energia limpa. “Se há um excesso de eletricidade, o seu preço vai a zero. Nenhuma tecnologia é viável se não vale nada”, explica. “Para usar um exemplo de outra área, muitas pessoas cultivam tomates. Todos eles ficam maduros ao mesmo tempo, e o preço do tomate chega perto de zero, ninguém consegue ganhar dinheiro. A solução é transformá-los em ketchup ou molho, produtos que você consegue armazenar. A Fires faz a mesma coisa com eletricidade”, ilustra Forsberg.

## Reúso

Quando necessário, o calor armazenado poderá ser enviado a uma indústria ou a uma usina térmica, que o transformará novamente em eletricidade. Para utilizar essa energia, ventiladores empurram o ar através do galpão, que se aquece e pode ser utilizado de duas maneiras. A ideia inicial é usá-lo para substituir o ar quente gerado pela queima de gás natural em indústrias, mas os pesquisadores afirmam que projetos poderão fazer com que esse ar mova turbinas e gere eletricidade, devolvendo a energia à rede elétrica em horários de alta demanda.

“A aplicação em curto prazo é substituir parte do uso de gás natural na produção de calor em fornalhas industriais”, afirma Forsberg. “Indústrias usam calor o tempo todo e, por isso, são os únicos consumidores que necessitam de quantidades tão grandes de calor.” Outra vantagem é que, diferentemente das baterias atuais, os tijolos não contêm substâncias químicas potencialmente tóxicas e suscetíveis a explosões.

Há também a possibilidade de baratear processos. Segundo o relatório Bloomberg New Energy Finance de 2017, o preço médio do armazenamento por baterias de lítio era de US\$ 273 por quilowatt-hora em 2016. “A Fires é um fator de 10 a 50 vezes mais barato do que as baterias”, compara Forsberg.

Vice-presidente da empresa de energia americana Westinghouse Electric, Regis Matzie, que atua há 34 anos no setor, avalia positivamente a solução criada pela equipe do MIT. “Acredito que a FIRES seja uma abordagem inovadora para resolver um problema energético real”, diz. A especialista, que não participou da pesquisa, continua: “Fires ainda mostra uma forma potencialmente econômica de se resolver esse problema, mas, provavelmente, precisa de uma demonstração para mostrar sua viabilidade.”

Forsberg pretende criar um protótipo em tamanho real até 2020 para provar o seu conceito. “Estamos trabalhando agora com aquecedores elétricos de baixo custo que consigam alcançar temperaturas ainda mais altas. Os aquecedores são a parte mais cara do conjunto. Nosso objetivo é abaixar ainda mais os custos”, afirma.

**\* Estagiário sob a supervisão da subeditora Carmen Souza**

***“Se há um excesso de eletricidade, o seu preço vai a zero. Nenhuma tecnologia é viável se não vale nada”***

**Charles Forsberg**, pesquisador do Instituto de Tecnologia de Massachusetts e um dos criadores da solução

**3%**

Quantidade de energia armazenada nos galpões com os tijolos refratários que é perdida diariamente

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Angela Bittencourt

**Título:** Para 2018 falta bem mais que a Previdência

O governo comprometeu tanto tempo e energia em esclarecer denúncias, sobretudo contra o presidente Michel Temer, que o ajuste fiscal de longo prazo terá seu efeito reduzido quase à metade e, o de curto prazo, não foi concretizado. O ajuste de longo prazo tem na reforma da Previdência sua melhor expressão e depende de amplo apoio no Congresso. O ajuste de curto prazo trata de programas de concessão e privatização, renegociação de dívidas, reoneração de setores industriais e correção salarial no setor público depende, também, de negociações que extrapolam as bancadas parlamentares. E nem por isso são mais fáceis.

2017 já abre alas para o Ano Novo com uma agenda quente. Esperam soluções: o processo de devolução de bilhões de reais pelos bancos oficiais ao Tesouro, uma revisão da cessão onerosa da Petrobras estabelecida em 2010 no contexto da capitalização também bilionária da estatal, os procedimentos para a venda do petróleo do pré-sal, que poderá ser feita diretamente pela União e garantir receitas expressivas em 2018, as condições de venda da **Eletrobras e da BR Distribuidora**, que tem definida e anunciada a abertura do seu capital, e uma equação para o endividamento do Estado do Rio Grande do Sul, a quem foi negada, pela Justiça, autorização para participar do Programa de Recuperação Fiscal.

Da aprovação da reforma da Previdência depende, em 2019, mas com risco de antecipação para 2018, o cumprimento do teto de gastos instituído para o setor público há um ano. Do sucesso dessa dupla empreitada depende a margem de ampliação de verbas para programas de assistência social, educação básica e valorização do salário mínimo. Não é pouco.

### ***Retomar o regime de metas é maior feito do governo Temer***

De imediato, em busca de apoio para desencalacrar a reforma previdenciária, o governo pode anular o adiamento do reajuste salarial de servidores públicos proposto pela equipe da ex-presidente Dilma Rousseff em 2015, aprovado sem restrições pelo presidente Michel Temer em 2016 e que - por falta de dinheiro - teve sua aplicação adiada para 2019.

Não é exagero esperar embates intramuros. Como já se viu inúmeras vezes na história recente do Brasil, a administração das finanças pelo governo depende, e muito, do funcionalismo público, que pode ser um adversário tão próximo quanto poderoso. No momento, duas razões justificam atenção ao funcionalismo: incerteza de pelo menos duas dezenas de categorias profissionais quanto a futuros aumentos salariais, e a perspectiva de corte de privilégios - e não só na aposentadoria. Um governo que se autodenomina "reformador" terá dificuldade para manter privilégios a servidores beneficiados desde sempre por estabilidade profissional, enquanto 13,1 milhões de brasileiros seguem desempregados.

O ano de 2017 estará tecnicamente encerrado em 25 dias, na sequência da divulgação do Relatório Trimestral de Inflação (RTI) pelo Banco Central (BC), em 21 de dezembro, e o início do recesso parlamentar no dia 22. O presidente Michel Temer - submetido a um cateterismo de sexta para sábado, em São Paulo, após apresentar obstruções nas artérias coronarianas - estará convalescendo nesse período, o que não significa estar parado.

O presidente não parou sequer em maio, quando teve a cabeça colocada a prêmio, quando foi enredado em questões judiciais decorrentes da divulgação de uma conversa travada com o empresário Joesley Batista, do grupo J&F, fora do horário de expediente e da agenda oficial, mas supostamente integrada à Lava-Jato.

Promovido a protagonista da megaoperação da Polícia Federal, Temer evitou contribuir para eventual paralisação da máquina pública ou de sua equipe econômica, ante a urgência de esclarecimentos de fatos e circunstâncias apresentadas contra ele pela Procuradoria-Geral da República.

O presidente foi denunciado por crime de corrupção, organização criminosa e obstrução da Justiça. Contudo, nenhuma das três acusações prosperou a ponto de tornar-se uma investigação do Supremo Tribunal Federal (STF), o que poderia ter custado seu afastamento do cargo. Temer teve o suporte dos deputados e, em particular, do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), atualmente o primeiro da hierarquia constitucional na linha de sucessão à Presidência.

O entreencontro político observado nos últimos seis meses elevou, sim, o custo das reformas fiscais, sem as quais o Brasil não voltará a crescer como deve e precisa. Nesses seis meses, várias decisões relevantes foram tomadas pelo governo. Algumas poderão ser prejudicadas em função do calendário eleitoral que já tem forma e potencial conteúdo.

O apresentador Luciano Huck que, de agosto a novembro, teve elevada a 60% a probabilidade de se tornar presidente na opinião de 211 investidores institucionais consultados na pesquisa promovida pela XP Investimentos na semana passada, deve negar, nesta segunda-feira, a possibilidade de candidatar-se em 2018, informa o jornal "O Globo".

Com a perspectiva das eleições serem disputadas basicamente por políticos, o governo pode obter mais dividendos se propagandear seus feitos. Entre os mais populares está a liberação de quase R\$ 50 bilhões de contas inativas do FGTS, no primeiro semestre deste ano, que foram direcionados principalmente à quitação de dívidas em atraso. Decisão similar em curso pretende liberar R\$ 16 bilhões de depósitos do PIS-Pasep.

Decisão de grande impacto para as contas públicas é a criação da Taxa de Longo Prazo (TLP) em substituição à Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP) usada na indexação de contratos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A adoção da nova taxa, a partir de 1º de janeiro de 2018, deverá encerrar ou redimensionar uma política de subsídios, gigantescos e pouco transparentes, do Tesouro para clientes da instituição. Meio trilhão de reais do caixa público bancaram a carteira do BNDES na última década e agora são cobrados pelo governo.

De todas as iniciativas do governo, a mais benéfica e compartilhada, porém, é a retomada do cumprimento de metas de inflação pelo BC.

**Angela Bittencourt é repórter especial e escreve às segundas-feiras**

E-mail: [angela.bittencourt@valor.com.br](mailto:angela.bittencourt@valor.com.br)

**VEÍCULO: Valor Econômico****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Eletrobras deve mudar modelo do BNDES**

O conselho de administração da Eletrobras pode decidir ajustar o modelo proposto pelo BNDES para venda das suas seis distribuidoras de energia, a fim de reduzir a dívida que ficará na holding, apurou o **Valor**.

Na semana passada, o conselho de administração da companhia pediu prazo adicional para avaliar a proposta, e convocou uma assembleia geral extraordinária (AGE) para adiar o prazo final da venda das concessionárias, que venceria no fim deste ano, para 31 de julho.

Pelo modelo proposto pelo BNDES, a Eletrobras assumiria R\$ 11,2 bilhões em dívidas das distribuidoras, sendo a maior parte, R\$ 8,9 bilhões, da Amazonas Energia. Além disso, a companhia ficaria obrigada a assumir créditos e obrigações das distribuidoras junto aos fundos setoriais Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

O balanço da Eletrobras previa, na data base de junho do ano passado, que as distribuidoras tinham créditos de R\$ 8,4 bilhões a receber. No entanto, esses créditos estão sendo questionados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que está fiscalizando a CCC e a CDE com as distribuidoras Amazonas Energia, Ceron (Rondônia), Boa Vista Energia (Roraima) e Eletroacre, todas da Eletrobras. Com isso, a estatal poderia assumir dívidas de R\$ 19,7 bilhões dessas distribuidoras.

A assunção das dívidas é tida como essencial para que as distribuidoras encontrem compradores no leilão de privatização, previsto para abril. O problema é que, ao assumir esses passivos, a estatal fica menos atrativa no seu próprio processo de privatização, que deve acontecer por meio de aumento de capital no segundo semestre de 2018.

Segundo uma fonte com conhecimento da situação, o conselho de administração da Eletrobras precisa encontrar "um ponto de equilíbrio" nessa operação. Uma alternativa seria reduzir parcialmente a dívida que será assumida pela holding. Além disso, a Eletrobras pode transformar parte dos passivos em participações nessas distribuidoras, no limite de até 30% de participação.

O que está fora de cogitação é uma extensão do prazo final para venda das usinas. Se a Eletrobras decidir manter a dívida nas concessionárias e o leilão de

privatização não for bem sucedido, o governo vai separar a concessão da concessionária e licitar apenas a concessão de distribuição.

Com isso, a dívida das concessionárias, inevitavelmente, ficaria com a holding, junto de todos os outros passivos, como trabalhistas e ambientais. O conselho de administração da companhia tem até o fim deste mês para decidir sobre a proposta e convocar uma nova AGE, que precisa acontecer até o início de fevereiro.

A decisão pelo adiamento foi bem vista pelo mercado, por mostrar autonomia do conselho. No entanto, as ações sofreram no pregão de sexta-feira. As preferenciais classe B caíram 1,36%, a R\$ 23,90, e as ordinárias recuaram 1,33%, a R\$ 20,72.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:**

**Título:** Curtas

### **Saudi Aramco investe**

A gigante saudita Saudi Aramco e o grupo petroquímico Saudi Basic Industries (SABIC) assinaram um protocolo de intenções no domingo para construir um complexo de US\$ 20 bilhões para converter petróleo bruto em produtos químicos, segundo a Reuters. O projeto, que criaria a maior instalação petroquímica no mundo, faz parte do esforço do governo saudita para diversificar a economia. O presidente-executivo da estatal Aramco, Amin Nasser, disse que uma decisão final sobre o projeto seria tomada no fim de 2019. O complexo teria capacidade para processar cerca de 400.000 barris/dia de petróleo leve árabe e para produzir cerca de 9 milhões de toneladas de químicos ao ano, mais 200.000 barris diários de diesel. Yanbu, cidade portuária no mar Vermelho, poderia abrigar o complexo.

### **Refinaria no Maranhão**

Uma petroleira chinesa está negociando parceria com uma empresa brasileira para construir uma refinaria, com capacidade de processamento de 300 mil barris/dia, no Maranhão. Segundo o secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix, o empreendimento teria investimentos de US\$ 7 bilhões a US\$ 10 bilhões e produziria principalmente gasolina e diesel para o mercado brasileiro. "Não está bem definido. Hoje tenderia a ser uma empresa chinesa que vai construir com empresários brasileiros", disse Félix na sexta-feira, após cerimônia de posse de

Dirceu Amorelli Junior para a diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no Rio. Segundo ele, ainda há a possibilidade de empresa indiana entrar no projeto.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Francisco Góes e Rodrigo Carro | Do Rio

**Título:** Conflito leva presidente a deixar Dommo

A Dommo Energia, ex- Ogpar, fundada por Eike Batista, passa por turbulência. Na semana passada, o presidente da companhia, Paulo Narcélio Simões Amaral, renunciou ao cargo e, segundo fontes, a decisão do executivo de se afastar estaria ligada à existência de um conflito de interesses entre um grupo de acionistas da empresa, donos da plataforma OSX -3, e o plano de crescimento companhia.

A discussão passa pela atuação do novo conselho de administração da Dommo, que teria uma agenda mais alinhada aos interesses dos donos da OSX-3, disseram fontes. A plataforma opera no campo de Tubarão Martelo, da Dommo, na Bacia de Campos.

Em nota, a Dommo declarou "desconhecer" qualquer conflito no âmbito do conselho de administração. Afirmou que o conselho é "independente" e atua no "exclusivo" interesse da companhia. Procurado, Narcélio disse que não iria se pronunciar pois enviou carta ao conselho da Dommo expondo as razões da renúncia. No mercado, a avaliação é que para crescer a Dommo precisará atrair investidor estratégico. A base acionária atual é formada por ex-credores da empresa.

Em agosto, a antiga OGX, a empresa operacional, e sua holding OGPar comunicaram ao mercado o encerramento da recuperação judicial impetrada em 2013. Um pouco antes, em julho, as empresas celebraram acordo definitivo com credores, que se tornaram acionistas da OGX, que depois mudou o nome para Dommo. Credores da OSX-3 ficaram com 32,5% do capital da Dommo. A OGpar tem 1,29% da companhia, sendo metade desse percentual (0,64%) ainda de Eike, embora o empresário tenha dado essa participação em garantia ao Bradesco, disse fonte.

O conselho de administração da Dommo teria tomado decisões que iriam contra o melhor interesse da companhia, segundo fontes. Foi determinado, por exemplo, que pagamentos superiores a R\$ 100 mil sejam aprovados pelo conselho, o que "engessa" a empresa. Outra discussão refere-se à opção dada aos donos da OSX-3, no acordo de conversão da dívida, para compra do campo

de Tubarão Martelo pelo valor simbólico de US\$ 1 mais investimentos feitos na revitalização do campo. Esses investimentos poderiam variar de US\$ 28 milhões a US\$ 75 milhões, mas não foram aprovados pelo conselho de administração.

Dessa forma, o custo da opção de venda de Tubarão Martelo seria apenas pelo valor de US\$ 1. A venda do campo nessas condições interessaria aos donos da OSX-3, que poderiam repassar Tubarão Martelo para uma terceira empresa, e liberar a plataforma para seus donos, no exterior, disseram fontes. O mercado aponta a PetroRio, que tem o empresário Nelson Tanure como sócio, como a potencial compradora de Tubarão Martelo.

Segundo apurou o **Valor**, a PetroRio tem interesse em Tubarão Martelo devido à proximidade com o campo vizinho de Polvo, operado pela petroleira comandada por Tanure. As sinergias entre os dois campos permitiriam a exploração a um custo mais baixo, desde que fosse aproveitada uma mesma infraestrutura para Tubarão Martelo e Polvo, disse fonte. "Há conversa com eles [Dommo], " disse a fonte referindo-se às negociações da ex-OGX com a PetroRio. "Faz total sentido [a aquisição de Tubarão Martelo], mas não há nada de novo neste sentido", afirmou.

Existe ainda a polêmica envolvendo a venda de uma parte das ações da Dommo no campo BS-4, na Bacia de Santos, para a Azilat. O conselho da Dommo se dividiu sobre a operação, com voto contrário de um conselheiro. Embora o acordo de venda tenha sido assinado em 1º de outubro, o conselho só aprovou a operação no dia 17 do mesmo mês. A operação, porém, não foi adiante pois abriu-se um litígio da Dommo com seus sócios no BS-4 (Barra Energia e Queiroz Galvão Exploração e Produção) que só será resolvido em arbitragem. O objetivo da Dommo era manter 10% do BS-4, mas segundo fontes, os donos da OSX-3 não desejam que a empresa participe de um projeto que pode requerer investimentos nos próximos anos.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:**

**Título:** Destaque

## Refinarias da Petrobras

O modelo de desinvestimentos e parcerias da Petrobras em refino ainda não foi definido, mas a petroleira pretende concluir o plano de venda de ativos da área até o fim do ano. A companhia deve apresentar até dezembro a revisão do seu plano de negócios plurianual (com a nova versão 2018-2022), que poderá contemplar a perspectiva de venda desses ativos. Segundo o jornal "O Globo", a

estatal poderá vender participações em seis refinarias: Reduc (RJ), Regap (MG), Rnest (PE), Rlam (BA), Repar (PA) e Regap (RS).

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Internacional

**Autor:** Reuters, de Caracas

**Título:** Maduro nomeia general para presidência da PDVSA

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, nomeou ontem Manuel Quevedo, general das Forças Armadas do país, como novo Ministro do Petróleo e presidente da estatal PDVSA. Segundo ele, a troca tem como objetivo avançar na reestruturação da petroleira, envolvida em denúncias de corrupção.

"O momento para uma nova revolução no petróleo chegou", disse Maduro durante seu pronunciamento semanal em rede nacional de TV. Ele exortou o general a elevar a produção de petróleo venezuelana, melhorar as refinarias e aumentar o abastecimento de gasolina no país. Não está claro como Quevedo conseguirá isso - a produção de petróleo da Venezuela está no patamar mais baixo em 30 anos, o país passa por uma profunda recessão e ainda sofre com a sanção dos EUA, que impediu seu acesso aos bancos internacionais.

Desde que assumiu a Presidência venezuelana em 2013, Maduro tem transferido mais poder a oficiais das Forças Armadas, inclusive importantes postos no Gabinete.

Como outros, Quevedo - que se descreve no Twitter como um "soldado do povo", Chavista e apoiador de Maduro - não é uma figura política proeminente. Ele assumirá a PDVSA de Nelson Martinez, químico por profissão, e a Pasta do Petróleo de Eulogio Del Pino, engenheiro formado em Stanford.

A substituição, desta vez, está relacionada à ampla pesquisa anticorrupção ordenada por Maduro na PDVSA. Só neste ano, as autoridades venezuelanas já prenderam 60 pessoas envolvidas, incluindo administradores da companhia.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Opinião

**Autor:** Beni Trojicz

**Título:** Fundo social do pré-sal, entre a bonança e o presságio

Após a descoberta de petróleo no pré-Sal brasileiro, muito se falou sobre o papel dessa riqueza no desenvolvimento nacional. No caso do petróleo, essa discussão se justifica pelo fato de que a experiência internacional mostra uma

profusão de casos de países em que essa nova riqueza minou, ao invés de dinamizar, as perspectivas econômicas, políticas e sociais.

Como sabemos, o petróleo é uma riqueza não renovável, portanto o processo de exploração leva à exaustão das reservas após algumas décadas. Dessa forma, consumir esses recursos significa privilegiar as gerações presentes em detrimento das futuras. Essa questão é ainda mais relevante porque, muitas vezes, a exploração de petróleo leva à atrofia de outros setores econômicos, fazendo com que quando terminam as reservas não exista outro setor para dinamizar a economia nacional, fenômeno conhecido como Doença Holandesa.

Nesse sentido, uma solução bastante utilizada é acumular os recursos auferidos em um fundo de poupança ou investimento e transformar riquezas minerais em ativos financeiros. Dessa forma, os rendimentos podem financiar programas públicos para a população, sem prejuízo das gerações futuras.

A Noruega, país que é paradigma no gerenciamento das rendas petrolíferas, adotou esse modelo. A totalidade dos recursos obtidos com a extração do petróleo é depositada no Government Pension Fund-Global (GPF-G) e somente os juros podem ser empregados, mediante transferência para o orçamento do governo. O fundo norueguês já equivale ao PIB do país e transfere anualmente cerca de 4% do PIB ao orçamento nacional.

***No ano até setembro, foram creditados R\$ 6,2 bi. Com a escalada dos recursos deverá se elevar a pressão política***

Existem muitos modelos de utilização dos recursos auferidos com riquezas minerais para garantir a sustentabilidade fiscal de longo prazo. O país nórdico utiliza o "modelo do pássaro na mão" (bird-in-hand), caso extremo de poupança no qual a decisão do governo é de utilizar somente os rendimentos dos ativos já acumulados. No entanto, para países cuja população ainda sofre altos níveis de carências, esse modelo significa deixar de atender demandas urgentes em prol das gerações futuras.

Os modelos de renda permanente são uma solução intermediária, ao equalizar o consumo entre as gerações. Dessa forma, para equilibrar as demandas das gerações atuais e futuras, seria necessário encontrar um equilíbrio entre poupança e gasto, lembrando que com o aumento dos recursos, aumenta a pressão pelo uso imediato.

No Brasil, após a descoberta do pré-sal criou-se um novo marco regulatório que se inspirou na experiência da Noruega. A Lei 12.351 de 22 de dezembro de 2010, criou o Fundo Social do Pré-Sal (FS), um fundo de poupança para o qual se destinam parte dos recursos auferidos com a exploração do petróleo. Ele tem

como objetivos (Art.48): 1) promover equidade intergeracional ao constituir poupança pública de longo prazo; 2) financiar o desenvolvimento social e regional, e; 3) combater desequilíbrios macroeconômicos.

Na proposta do governo, o principal destino dos recursos era o investimento em Educação, o que se justifica pela natureza intergeracional desse gasto. No entanto, durante a tramitação multiplicaram-se as áreas destino (Educação, Cultura, Esporte, Saúde pública, Ciência e tecnologia, Meio ambiente e Mitigação das mudanças climáticas), o que indica certa aleatoriedade na influência da ação política.

Com relação à justiça intergeracional, na lei aprovada, somente os rendimentos do FS poderiam ser usados. Esse aspecto já foi modificado pela lei 12.858/2013, que determina o uso de 50% do valor do principal do fundo exclusivamente em Educação e Saúde.

Dessa forma, as fontes principais dos recursos do FS<sup>1</sup> são: 1- parcela do bônus de assinatura destinada ao FS pelos contratos de partilha; 2- os royalties que se destinam à União; 3- o "profit oil"; 4- royalties e participações especiais das áreas localizadas no pré-sal, mas contratadas sob regime de concessão, destinados à União. A fonte de recursos mais promissora é o "profit oil" (3), ainda que atualmente somente a última fonte (4) tem irrigado o Fundo Social. O valor cresce rapidamente em relação ao total de participações governamentais sobre a exploração de petróleo, conforme a tabela.

No ano de 2016, o valor repassado ao Fundo Social já representa quase 20% do valor total das participações governamentais, sendo que a participação da produção dos campos do pré-sal na produção total do país só tende a aumentar. Nos nove meses até setembro de 2017, já foram creditados R\$ 6,229 bilhões, um crescimento de 78% em relação aos doze meses de 2016. A isso se seguirá a entrada em produção do campo de Libra, que deverá destinar todo o "profit oil" ao FS, 41,65% dos recursos auferidos nesse campo gigantesco, o que em alguns anos renderá ao Estado mais de uma dezena de bilhões de reais anuais.

A gestão de fundos como o FS caracteriza-se como um desafio importante às instituições nacionais, do qual poucos países se saíram bem. No momento, os recursos ainda não são vultosos, a divisão entre consumo e poupança adequada e o emprego dos recursos em Educação e Saúde acertado. No entanto, a escalada dos recursos deve ocorrer em alguns anos, o que elevará a pressão política. Estaremos preparados para nos antepormos a ela, dada a ausência de discussão sobre esse tema?

*1. Entender como os recursos são direcionados ao FS demanda identificar que no Brasil, existem dois regimes fiscais principais para exploração de petróleo. O regime de partilha, vigente desde 2010, aplica-se somente para áreas do pré-sal. Nesse regime, o consórcio exploratório ganha o direito de exploração ao ofertar a maior parcela do petróleo extraído ao Estado, o chamado profit oil, paga um bônus de assinatura pré-determinado ao vencer a licitação e paga royalties de acordo à produção do campo. O regime de concessão iniciou-se em 1997, e aplica-se para todas as áreas de exploração menos o pré-sal. O consórcio vence com base na oferta de bônus de assinatura, parcela de conteúdo nacional e plano de exploração. Ao encontrar petróleo, recolhe-se ao Estado royalties e participações especiais, uma taxa sobre a produtividade do campo, ambos são compartilhados entre União, Estados e municípios.*

**Beni Trojbicz é pós-doutor em Administração Pública e Governo pela EAESP-FGV, professor visitante na Universidade Federal do ABC e autor do livro Política Pública de Petróleo no Brasil: da Liberalização ao Pré-Sal, Elsevier, 2016. btrojbicz@gmail.com.**

**MME / ASCOM .**